

**PROJETO DE LEI Nº 021/2000, 31/10/2000**  
**AUTOR(ES): PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PROTOCOLO Nº 117/2000**  
**DATA: 05/07/2000**

**LEI Nº 987/2000, DE 18/12/2000**

*“Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do  
Município de Coxim-MS, para o Exercício de  
2001.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Coxim-MS., para o Exercício Financeiro de 2001, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em igual valor de R\$ 14.783.258,51 (catorze milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

**1. RECEITA DO TESOIRO**

**1.1 RECEITAS CORRENTES**

Receita Tributária.....R\$	1.270.000,00	
Receita Patrimonial.....R\$	10.000,00	
Transferências Correntes.....R\$	9.868.258,51	
Outras Receitas Correntes.....R\$	275.000,00	R\$ 11.423.258,51

**1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

Operação de Crédito.....R\$	100.000,00	
Alienação de Bens.....R\$	180.000,00	
Amortização de Empréstimos....R\$	30.000,00	
Transferências de Capital.....R\$	3.020.000,00	
Outras Receitas de Capital.....R\$	30.000,00	R\$ 3.360.000,00

TOTAL.....		R\$ 14.783.258,51
------------	--	-------------------

**Art. 3º** - A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 15.125.258,51 (quinze milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), importando o Orçamento Fiscal em 12.269.745,71 (doze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 2.855.512,80 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e doze reais e oitenta centavos).

**Art. 4º** - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos Quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

## DESPESA

### DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes.....	R\$	10.014.585,25	
Despesas de Capital.....	R\$	4.725.872,80	
Reserva de Contingência.....	R\$	42.800,46	R\$ 14.783.258,51

## I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

### PODER LEGISLATIVO

0100 - Câmara Municipal.....	R\$	885.257,48
------------------------------	-----	------------

### II - PODER EXECUTIVO

0200 - Gabinete do Prefeito.....	R\$	273.500,00
0300 - Assessoria Jurídica.....	R\$	92.500,00
0400 - Assessoria de Imprensa.....	R\$	144.500,00
0500 - Sec. de Prom. E Assis. Social.....	R\$	1.217.650,80
0600 - Encargos Gerais do Município.....	R\$	477.000,00
0700 - Sec. Municipal de Educação.....	R\$	3.516.681,77
0800 - Sec. Mun. De Saúde Pública.....	R\$	1.369.200,00
0900 - Sec. Mun. De Des. Sust. E Infr-Est.	R\$	5.997.400,00
1000 - Secretaria Municipal de Gestão.....	R\$	766.768,00
1100 - Reserva de Contingência.....	R\$	42.800,46

TOTAL DA DESPESA C/ RECURSOS DO TESOUREO..... R\$ 14.783.258,51

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos Incisos I a III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

II - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no Inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no Inciso I deste artigo, a abertura de Créditos Suplementares:

- I - para atender despesas com pessoal, com encargos sociais;
- II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por lei;
- III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

**Art. 6º** - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

**Art. 7º** - Ficam aprovadas, conforme especificações nos Quadros anexos:

I - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais);

II - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 726.149,48 (setecentos e vinte e seis mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

III - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 25.180,00 (vinte e cinco mil e cento e oitenta reais).

IV - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 908.000,00 (novecentos e oito mil reais)

V - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 1.177.696,00 (hum milhão, cento e setenta e sete mil e seiscentos e noventa e seis reais);

VI - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

VII - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO TURISMO, vinculado à ASSESSORIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE, e estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)

VIII - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E

INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE, e estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

IX - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA, e estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 3.890.100,00 (três milhões, oitocentos e noventa mil e cem reais);

X - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, e estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o Exercício de 2001, em R\$ 712.038,00 (setecentos e doze mil e trinta e oito reais).

**Art. 8º** - As autorizações contidas nos artigos 5º e 6º desta lei, são extensivas aos Orçamentos dos FUNDOS de que tratam os Incisos I a V do artigo 7º.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2001.

**Art. 10** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.**, 18 de Dezembro de 2000

**OSWALDO MOCHI JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**